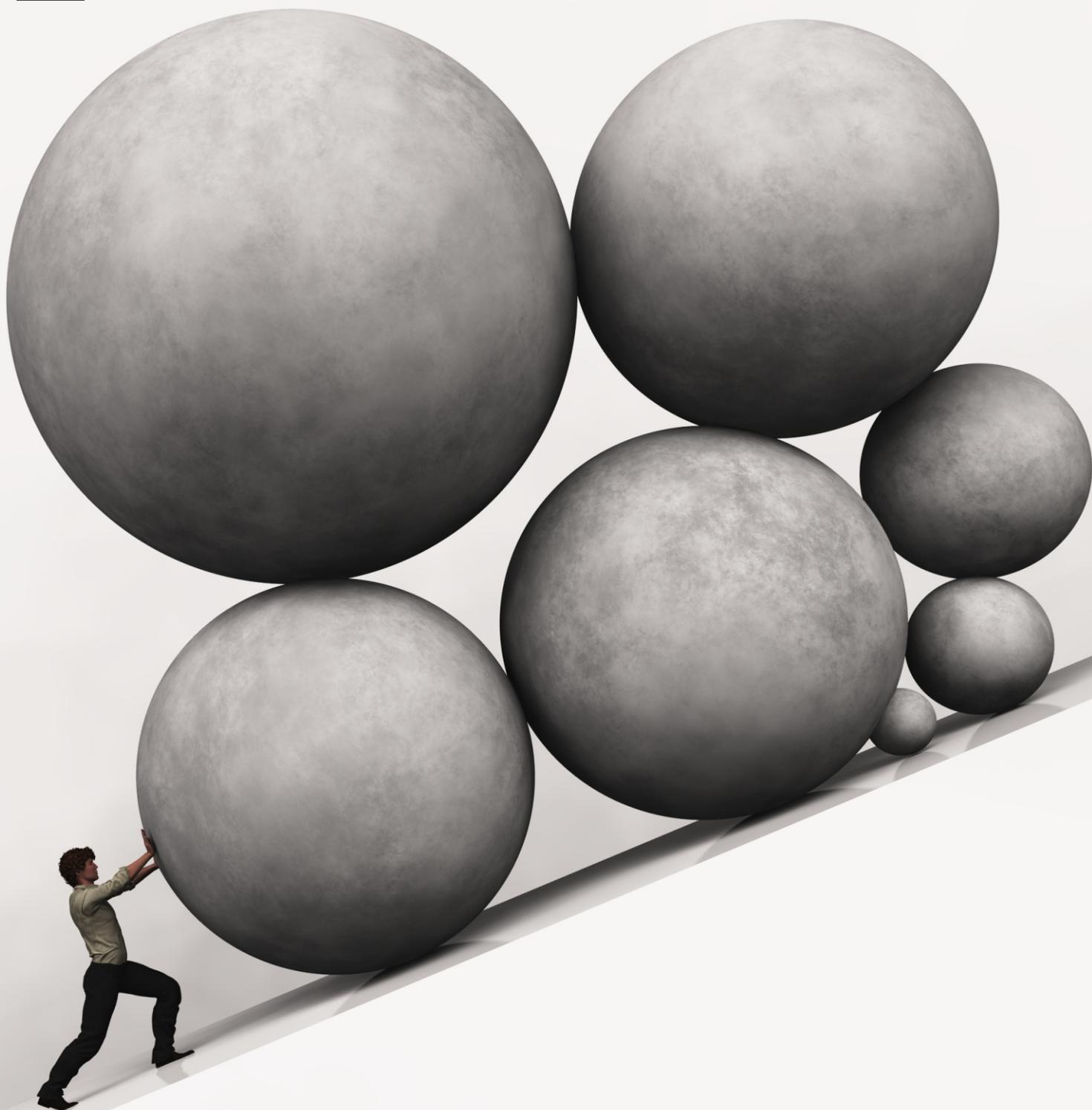
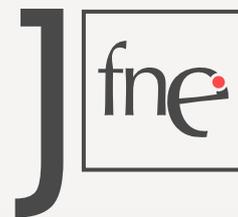


junho | 2022

jornal FNE



COMBATER A INÉRCIA DO GOVERNO

EDITORIAL**P.3** COMBATER A INÉRCIA DO GOVERNO**AÇÃO SINDICAL****P.4** FNE SOLICITOU NEGOCIAÇÃO SOBRE ORGANIZAÇÃO DO ANO LETIVO**P.5** FNE REUNIU COM GRUPO PARLAMENTAR DO CHEGA**P.6** DIA MUNDIAL DOS OCEANOS ASSINALADO COM O LANÇAMENTO DA INICIATIVA «EDUCAÇÃO PARA O AMBIENTE»**P.7** MOBILIDADE POR DOENÇA NA PROVIDORIA DE JUSTIÇA**P.8** FNE APRESENTOU À DGE CONTRIBUTOS PARA O CALENDÁRIO ESCOLAR 2022-2024**ENTREVISTA****P.9 À P.13** CONCEIÇÃO ALVES PINTO: «FOI A FNE QUEM CRIOU A CARREIRA ÚNICA»**WEBINÁRIO****P.14, P.15** CRISTINA PIMENTÃO SOBRE O MOBBING: «O TRABALHO NÃO PODE DOER»**NA MINHA OPINIÃO****P.16** DE CASA ÀS COSTAS - JOSEFA LOPES, PRESIDENTE DO SDPSUL**NÃO DOCENTES****P.17** FINAL DO ANO – TEMPO DE BALANÇO E REFLEXÃO**INTERNACIONAL****P.18, P.19** ALIANÇA EUROPEIA DAS APRENDIZAGENS ORGANIZA EVENTO EM VIENA**P.20 À P.22** FNE DEBATE EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL EM COPENHAGA**SAÚDE****P.23** OIT: GRANDE AVANÇO EM SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO**LEGISLAÇÃO****P.24** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE MAIO A 25 DE JUNHO DE 2022**+VANTAGENS FNE****P.25** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

junho 2022

proprietário

Federação Nacional da Educação

diretor

João Dias da Silva

produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado

Teresa Morais

sindicatos membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte *

Sindicato dos Professores da Zona Centro *

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo *

Sindicato Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte *

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro

Joaquim Fernandes

redação

Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *

tel. 225 073 880 *

secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação

Rafael Marques e Tiago Soares



COMBATER A INÉRCIA DO GOVERNO

Os tempos mais recentes da atuação do novo Governo, particularmente na área da Educação, demonstram uma falta de vontade, ou de condições, para se produzirem mudanças significativas, mesmo em áreas a precisarem de intervenções urgentes. O que se torna pouco compreensível quando se trata de um Governo de continuidade, mesmo de algumas pessoas, como é o caso do próprio Ministro da Educação.

Um Ministério da Educação que há quase sete anos é gerido praticamente pela mesma equipa deveria, julgamos nós, estar dotado de um conjunto significativo de informações que lhe permitisse ter preparado respostas robustas para as fragilidades do sistema educativo que continuam, sem se vislumbrarem alterações relevantes.

A verdade é que, estando para se iniciar um novo ano letivo, que está a ser preparado nas nossas escolas com um enorme envolvimento de todos os Educadores e Professores, não houve disponibilidade do Ministério da Educação para responder ao desafio que a FNE lhe apresentou para que se procedesse à revisão do Despacho de Organização do Ano Letivo.

Era e é preciso, de uma vez por todas, clarificar a distinção do conteúdo da componente letiva e da componente não letiva. Era e é preciso que o trabalho de coordenação pedagógica, aos mais diversos níveis, tenha condições para a sua concretização, com libertação de parte da componente letiva, para que não se repita a sistemática ultrapassagem dos limites do tempo de trabalho e se possa garantir a saudável articulação do tempo de vida profissional com a vida pessoal e familiar.

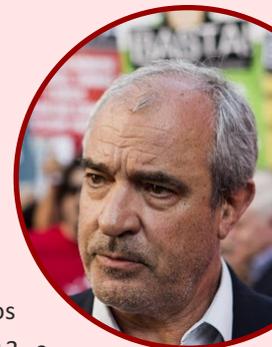
A única novidade que o Ministério da Educação foi capaz de apresentar em termos de calendário escolar foi a apresentação de um documento que é plurianual e que define os calendários de 2022/2023 e 2023/2024, mas que deixa tudo na mesma, nomeadamente em termos de sobreposição de tarefas, sem qualquer tipo de compensação.

Ao nível da mobilidade por doença, a única alteração que o Ministério da Educação foi capaz de introduzir foi a determinação de constrangimentos administrativos que se limitam a impedir que possam ter acesso a cuidados de saúde muitos professores a precisarem de uma deslocação de escola.

Em termos de combate às conhecidas dificuldades de recrutamento de docentes para vários grupos de recrutamento e zonas geográficas, o Ministério da Educação não aponta soluções que ultrapassem o problema, na sua origem.

A FNE não compreende que o tempo vá passando e não haja da parte do Governo a capacidade de iniciativa e a vontade de envolver os parceiros para que se encontrem soluções e se possam antecipar tempos de maior motivação.

A FNE, pelo seu lado, tudo fará para combater esta inércia do Governo, desafiando-o, com propostas concretas, para que trabalhar em Educação passe a ser mais atrativo.



João Dias da Silva

João Dias da Silva
Secretário-Geral da FNE

FNE SOLICITOU NEGOCIAÇÃO SOBRE ORGANIZAÇÃO DO ANO LETIVO



A FNE avançou a 14 junho de 2022 com um ofício ao Ministério da Educação solicitando uma negociação coletiva para revisão do Despacho nº 10-B/2018, de 6 de julho, relativo à Organização do Ano Letivo.

Com este pedido, a FNE procurou a criação de garantias para uma melhor organização do ano letivo, introduzindo ajustamentos e clarificações, criando ainda um espaço e uma oportunidade que permita que o conteúdo e a organização das componentes letiva e não letiva sejam concretizados em pleno respeito pelos limites do tempo de trabalho de cada docente.

Assim, a FNE entende que se tornava necessário proceder a uma revisão do diploma em apreço, no sentido de, nomeadamente:

a) anular as práticas que se têm instalado nas escolas e que transferem para a componente não letiva do trabalho docente atividades que sem dúvida devem estar inseridas na componente letiva;

b) limitar os abusos na utilização sem limites da componente não letiva de estabelecimento que põe em causa o respeito pela duração máxima do tempo de trabalho dos docentes portugueses;

c) disponibilizar às escolas os recursos de tempo – créditos – que permitam o desempenho adequado das funções de gestão das escolas e das suas estruturas pedagógicas;

d) reconhecer, valorizar e possibilitar o exercício das funções de direção de turma;

e) garantir o exercício do direito pleno à formação contínua de todos os docentes.

A FNE insistiu junto da tutela que é fundamental que a tutela crie espaços concretos de diálogo e de negociação, nos quais possam ser analisadas e debatidas propostas de matérias imprescindíveis para uma Educação de qualidade, justa, inclusiva e sustentável.

FNE REUNIU COM GRUPO PARLAMENTAR DO CHEGA

A FNE esteve na Assembleia da República, a convite do Partido CHEGA, para apresentar o Roteiro para a Legislatura 2022-2026, que inclui os problemas e propostas da federação para os próximos quatro anos de governação, no seguimento do que já fez com outros Grupos Parlamentares.

Bernardo Pessanha, assessor de André Ventura, Presidente do partido, ouviu da parte da delegação da FNE a partilha de algumas das várias preocupações sobre matérias que carecem de alterações e melhorias ao nível da educação, tais como a falta de professores, o problema do envelhecimento da classe docente e não docente, a questão da mobilidade por doença, na mesa de negociação até há poucos dias, a burocracia que tira tempo e desgasta os professores, os constrangimentos dos QZP's, a vinculação de professores e a situação da recuperação do tempo de serviço, que a FNE garante não deixar cair.

Com a apresentação do Roteiro para a Legislatura, ficou manifestada da parte da FNE a total disponibilidade para o diálogo, partilha de opinião e de expectativas em relação ao desenvolvimento das políticas educativas e das condições de trabalho de todos os profissionais da educação nas escolas, deixando ainda o alerta para a necessidade de uma maior participação das organizações sindicais no processo de decisão, destacando a valorização do diálogo e da concertação social, como forma decisiva de valorização das próprias carreiras.

Foi ainda debatida neste encontro a questão do acolhimento de refugiados provenientes da Ucrânia e de outros países e a necessidade de acompanhamento e reforço de docentes e trabalhadores não docentes nas escolas que recebem estas crianças, de forma a garantir uma transição com qualidade a quem chega ao nosso país e às nossas escolas.

Com a apresentação do Roteiro para a Legislatura, ficou manifestada da parte da FNE a total disponibilidade para o diálogo



EDUCAÇÃO PARA O AMBIENTE

Praia da Foz do rio Lizandro - Ericeira | 17 de setembro de 2022



www.fne.pt



AFJET



DIA MUNDIAL DOS OCEANOS ASSINALADO COM O LANÇAMENTO DA INICIATIVA «EDUCAÇÃO PARA O AMBIENTE»

A FNE e a AFJET assinalaram o Dia Mundial dos Oceanos aproveitando a data para anunciar a realização, no próximo dia 17 de setembro de 2022, da iniciativa "Educação para o Ambiente", que será uma ação de limpeza na praia da Foz do rio Lizandro, na Ericeira, com a participação de dirigentes da FNE e com o apoio da Câmara Municipal de Mafra.

No seguimento de outras iniciativas pelo futuro do Planeta, a FNE/AFJET pretendem alertar também para o dever individual e coletivo de utilizar os seus recursos de forma sustentável e do papel que cada um deve ter na preservação, conservação e limpeza dos oceanos.

Vivemos uma era de emergência e de necessidade de sensibilização do mundo para os benefícios dos oceanos para a humanidade.

Todos os anos a celebração do Dia Mundial dos Oceanos, em 8 de junho, é acompanhada por um evento temático. Em 2022, realizou-se em formato híbrido, com um evento presencial na sede da ONU em Nova Iorque e com transmissão em direto. O tema foi «Revitalização: Ação Coletiva para o Oceano», com o objetivo de sensibilizar para a necessidade de criar um novo equilíbrio com os oceanos, trazendo-lhes uma nova vida.

A FNE/AFJET não quiseram deixar passar em branco a data, que ajuda a reforçar a importância do comportamento de todos para alcançar uma sustentabilidade para o futuro do planeta.

O Dia Mundial dos Oceanos foi proclamado através da Resolução 63/111 adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas de 5 de dezembro de 2008, mas a data já era celebrada em inúmeros países, desde 1992, após a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

A FNE/AFJET não quiseram deixar passar em branco a data que ajuda a reforçar a importância do comportamento de todos para alcançar uma sustentabilidade para o futuro do planeta.

MOBILIDADE POR DOENÇA NA PROVIDORIA DE JUSTIÇA

A FNE avançou com uma contestação junto da Provedoria de Justiça relativa às alterações efetuadas pelo Ministério da Educação (ME) ao diploma que estabelece o regime especial da mobilidade por doença, Decreto-Lei (DL) nº 41/2022, de 17 de junho.

A FNE pretende assim ver reposta a justiça e a legalidade, por considerar que as alterações não obedecem ao princípio da garantia de efetivação dos direitos fundamentais, corolário constitucional do Estado de Direito Democrático.

Com a publicação do referido diploma legal, o ME introduziu alterações significativas que, segundo a FNE, e de acordo com as solicitações e pedidos de intervenção que lhe foram dirigidos pelos docentes, colocam em causa este regime, na medida em que não garantem a colocação de todos os docentes que têm a imperiosa necessidade de recorrer a este mecanismo.

Apesar de reconhecer a necessidade de proteção e apoio aos docentes na situação de doença especialmente grave e incapacitante do próprio, cônjuge, pessoa com quem vivam em união de facto, filho ou equiparado, parente ou afim no 1º grau da linha ascendente, o diploma limita e desvirtua por completo o que deve prevalecer para efeitos de colocação em mobilidade por doença, na opinião da FNE a gravidade da situação clínica do docente ou apoio de familiares a seu cargo.

Outra medida limitativa para a FNE encontra-se no artigo 5º do DL, que estabelece desde logo uma delimitação geográfica, uma vez que os docentes dos quadros de agrupamento de escolas (QAE) ou de escola não agrupada (ENA) só podem requerer a mobilidade por motivo de doença para agrupamento de escolas ou escola não agrupada cuja sede diste mais de 20km,

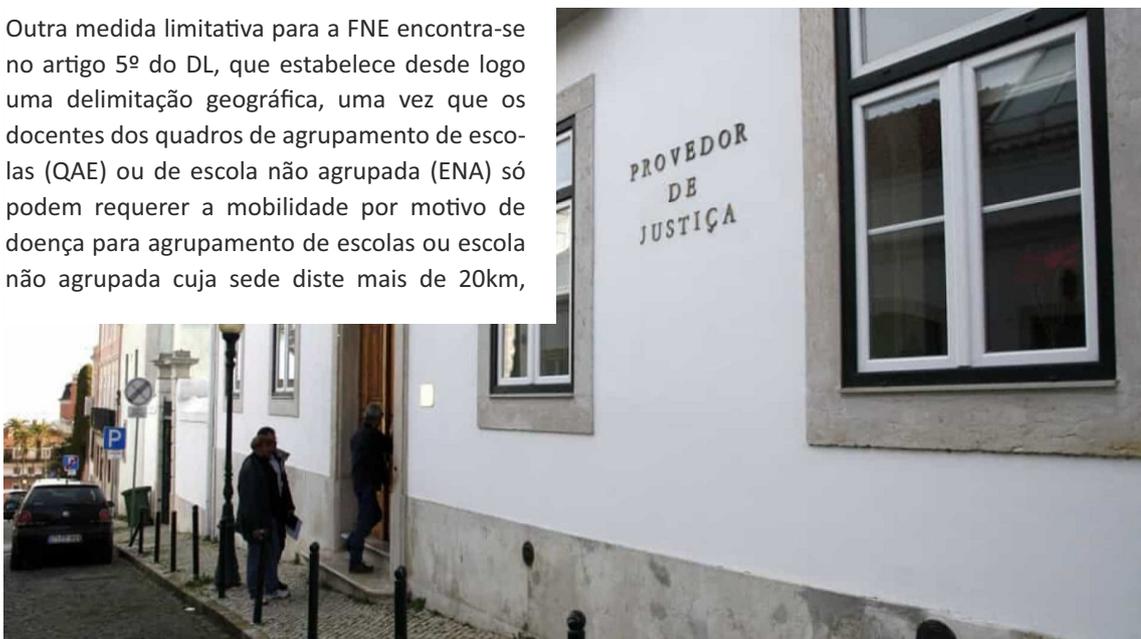
medidos em linha reta, da sede do concelho em que se situa o local de trabalho de provimento.

Outras questões suscitaram dúvidas à FNE tais como a do artigo 7º relativo à capacidade de acolhimento em casos em que é inferior a 10 % da dotação global do quadro de pessoal docente do agrupamento de escolas ou escola não agrupada de destino, assim como no artigo 8º em que para além do grau de incapacidade para o caso em que exista atestado de incapacidade multiusos o novo regime assenta agora em critérios de ordenação, como sendo a idade dos docentes, preferências manifestadas por ordem de prioridade.

A FNE também lamenta o facto de o diploma excluir o caso dos docentes que têm a cargo outros familiares que não os contemplados pelo grau de parentesco ou afinidade tipificados na lei. No cômputo geral, ao invés de se avançar dentro do que devem ser valores de justiça e proteção social, o que se verifica é que nos encontramos perante um lamentável retrocesso nas condições de vida e de trabalho dos docentes.

A FNE preconiza igualmente um reforço de fiscalização, rigor e transparência no processo, para que de forma justa se beneficiem os docentes que efetivamente necessitam desta proteção.

A FNE pretende assim ver reposta a justiça e a legalidade, por considerar que as alterações não obedecem ao princípio da garantia de efetivação dos direitos fundamentais.



FNE APRESENTOU À DGE CONTRIBUTOS PARA O CALENDÁRIO ESCOLAR 2022-2024



A FNE esteve presente na Direção-Geral da Educação (DGE), a 22 de junho de 2022, para uma reunião sobre o Projeto de Despacho de Calendário Escolar 2022-2024.

Eulália Alexandre, Subdiretora da DGE, ouviu da parte da FNE diversos contributos com possíveis alterações a introduzir na lógica de organização do calendário escolar, de forma que se encontrem garantias seguras na preparação e organização do próximo ano letivo.

Uma das medidas levadas à mesa de conversa passou pela possibilidade levantada pelo Ministério da Educação, da adoção de uma organização semestral do ano letivo, enquanto resposta integrada e localmente concertada, potenciadora de práticas de ensino, aprendizagem e avaliação, conducentes ao sucesso de todos os alunos, ficando ainda consignada a possibilidade de as escolas utilizarem dias contemplados na 3.ª interrupção das atividades educativas e letivas, através de fixação de outro ou outros períodos de interrupção.

Sobre esta questão, a FNE defendeu a necessidade de se salvaguardar o impacto que estas medidas de carácter “avulso” possam ter na vida profissional dos docentes, nomeadamente no que diz respeito à organização do seu horário de trabalho, isto porque foram reportadas queixas junto da FNE relativas à organização semestral do ano letivo.



Na verdade, embora esta medida tenha sido acolhida com agrado por parte de muitos diretores, considerando que diminui os momentos de avaliação de três para dois períodos e contribuiu para o aumento do sucesso dos alunos, diminuindo consequentemente o trabalho burocrático dos docentes, na materialização dos seus efeitos, em muitos casos, não traduz o resultado que se pretendia com a sua implementação.

Outra matéria debatida neste encontro com a DGE foi a dos Relatórios Individuais das Provas de Aferição (RIPA) e Relatórios de Escola das Provas de Aferição (REPA).

Para a FNE estes relatórios deveriam ser enviados o mais tardar até julho, o que permitiria às escolas a sua análise e definição de estratégias de recuperação no ano letivo seguinte. Ao serem enviados apenas em setembro, já com o serviço letivo distribuído, a implementação de estratégias de recuperação fica muito condicionada.

Neste encontro, a FNE transmitiu à DGE que a organização do tempo escolar é vital para as condições de vida e de trabalho dos educadores e professores, pois tem efeito na qualidade do ensino-aprendizagem, no número de dias letivos, nas pausas que se realizam em cada ano, nos momentos da avaliação e no calendário dos exames.

Neste encontro, a FNE transmitiu à DGE que a organização do tempo escolar é vital para as condições de vida e de trabalho dos educadores e professores.

entrevista



CONCEIÇÃO ALVES PINTO
Ex-Presidente do SDPGL

CONCEIÇÃO ALVES PINTO: «FOI A FNE QUEM CRIOU A CARREIRA ÚNICA»

Nesta segunda parte da entrevista, Conceição Alves Pinto, antiga Presidente do Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo (SDPGL), fala-nos sobre o peso da negociação nas questões da educação e traça linhas sobre o futuro do sindicalismo.

Jornal FNE (JF) – Participou na famosa luta do 8º escalão, uma das mais duras batalhas que a FNE teve que enfrentar. O que estava de facto em questão? Que outro momento deixou marca no crescimento e implementação da FNE no meio sindical?

Conceição Alves Pinto (CAP) - Não foi só o 8º escalão. Foi todo o processo de avaliação. Recusávamos a avaliação por inspetores - ou por figuras semelhantes -, considerávamos que se deviam encontrar novas formas de avaliação sobre as funções desempenhadas pelos docentes. Mas a situação trazia insegurança e ansiedade. Os professores nunca tinham sido preparados para produzir documentos que espelhassem as diferentes facetas da sua atividade docente. Ocorreu mesmo uma situação muito caricata à volta do currículo a apresentar para acesso ao 8º escalão. Numa reunião de um sindicato da “concorrência” os docentes colocaram questões, pois não tinham ideia em que consistiria o currículo neste contexto. Para responder a essas questões alguém apresentou como exemplo o currículo de um doutorado da nossa praça - que até tinha sido ministro -. Era um currículo cheio de artigos científicos publicados, comunicações em conferências internacionais, publicações.... Claro que as pessoas se insurgiram porque aquele tipo de currículo não tinha nada a ver com a experiência dos professores e os docentes saíram dessa reunião com a ideia de que os sindicatos estavam a vender os professores.

A abordagem da FNE era totalmente diferente. Defendíamos uma conceção do currículo como uma síntese do percurso da vida profissional, centrado na explicitação fundamentada da intervenção e dos projetos dos professores com os alunos, o que era algo totalmente inovador. O currículo a apresentar no acesso ao 8º escalão devia estar articulado com os relatórios que anteriormente se tinham feito no final de cada escalão. A abordagem do currículo, e dos relató-

rios de prestação de contas como explicitação dos objetivos, dos processos e dos resultados obtidos na atividade docente, implicou um esforço grande de formação para que os docentes construíssem elementos personalizados para a apresentação destes documentos.

A formação consistia numa primeira parte de 12 horas, a cargo da Professora Manuela Teixeira e de mim própria, sobre a função docente nas diversas dimensões que deveriam ser vertidas por um lado para o relatório de forma mais minuciosa e por outro para o currículo de forma mais sintetizada. Seguiam-se mais 12 horas em pequenos grupos em que cada docente procurava construir os instrumentos de forma personalizada. Foi um trabalho levado a cabo do norte ao sul do país e ilhas. Direi que esta formação do “Currículo e Relatório” foi o embrião que deu mais tarde origem ao Instituto Superior de Educação e Trabalho - ISET.

Outro momento importante foi todo o processo que desembocou na alteração do diploma da direção e gestão das escolas, melhorando o quadro da intervenção dos professores e dos diferentes membros da comunidade educativa, com o objetivo de contribuir para uma maior dinâmica institucional.

A FNE defendia uma conceção do currículo como uma síntese do percurso da vida profissional, centrado na explicitação fundamentada da intervenção e dos projetos dos professores com os alunos, o que era algo totalmente inovador.





Conceição Alves Pinto no 3º Congresso do SDPGL

JF - A negociação da carreira única, criada pela FNE, foi uma mudança de paradigma profundamente original, para muitos quase impensável de alcançar. Qual foi o seu impacto do ponto de vista internacional?

CAP - A minha experiência foi muito curiosa, porque mesmo ao nível de Portugal fizemos as negociações com um Ministério da Educação liderado por Roberto Carneiro. E lembro-me que ele nos fez uma guerra e dificultou muito a negociação, porque não aceitava as propostas da FNE. Reestrurávamos as propostas, propúnhamos de novo, mas sempre com a mesma filosofia e ele foi de uma resistência brutal ao avanço das negociações. Mas o caminho foi-se fazendo.

Mais tarde, qual não foi o meu espanto quando numa reunião da Internacional da Educação em Portugal em que fomos recebidos pelo Ministro Roberto Carneiro, ele falou da Carreira Única como se tivesse sido ele o criador da ideia. Olhámos todos uns para os outros porque, de repente, alguém que tinha sido um travão à Carreira Única estava ali a apresentá-la quase como sua. Também muitas vezes quando ia ao estrangeiro perguntavam-me como é que em Portugal a FNE tinha conseguido uma carreira deste tipo. A carreira única começou por ser a ideia visionária da Manuela Teixeira, secundada pelo SPZN - que abraçou e liderou com entusiasmo esta visão - e posteriormente pela FNE. Foi a luta enérgica e persistente da FNE que permitiu aos professores portugueses terem uma carreira única.

Foi a FNE quem criou a carreira única. Recordo uma delegada sindical da FENPROF que num plenário do SDPGL/FNE em Algés subiu para cima

de uma mesa e gritou a bom som que nunca nenhum colega seu avançaria mais rápido em carreira por conta de novos graus académicos. A FNE esteve sozinha na luta pela carreira única. Mas a carreira única só foi possível porque em Portugal a organização dos sindicatos de origem era por região, integrando cada um docentes de todos os níveis de ensino. Foi no primeiro plenário no Porto, a 29 abril de 1974, que os professores votaram por uma estrutura de sindicatos por região (com todos os níveis de ensino) preterindo a opção de sindicatos por nível de ensino, cada um deles de âmbito nacional.

Este contexto de estrutura sindical permitiu que a defesa dos docentes dos diferentes níveis de ensino pudesse ser feita coletivamente, como um todo. Foi isso que nos permitiu ter professores do 1º ciclo ao secundário, em conjunto, a lutar por uma carreira em que o determinante da situação profissional não fosse os anos de serviço e o ciclo em que se ensinava. A aposta era que todos os professores tivessem a mesma progressão em carreira, independentemente do nível de ensino. Os elementos definidores eram o percurso de carreira e o nível de habilitação. Foi isso que a FNE conseguiu com a carreira única. Algo que os outros países não conseguiam fazer.

Aliás, tenho uma frustração a confessar: nunca conseguimos integrar os docentes do ensino superior nesta dinâmica. Mas os professores universitários eram muito ciosos da sua carreira e não perceberam que, entrando nesta dinâmica, poderiam ter avanços relativamente à situação deles.

A FNE esteve sozinha na luta pela carreira única. Mas a carreira única só foi possível porque em Portugal a organização dos sindicatos de origem era por região, integrando cada um docentes de todos os níveis de ensino.

JF - Como é que o Ensino Superior é olhado nos dias de hoje pelos jovens?

CAP - Tudo depende de que jovens se fala. Ainda não há muito tempo, quando se falava do secundário importava ter em consideração que este nível de ensino era constituído por sobreviventes escolares – isto porque um grupo grande de jovens ficava pelo caminho, não conseguindo sequer chegar a esse nível de ensino. Muitos professores diziam não ter problemas com os seus alunos. Pudera. Era uma elite, sobretudo em determinadas turmas e em certas escolas públicas. Uma parte dessas elites transitaram agora para o privado. Mas voltando atrás, eu falava de uma geração que agora tem 70 anos e que fala "no meu tempo de liceu não havia nada disto". Obviamente que não existia. Eram 10-15% de alunos, uns cujos pais já tinham estudado até esse nível, outros alunos com uma socialização escolar particularmente bem-sucedida, cujos pais não tendo estudos davam grande valor à instrução, fazendo tudo para os filhos singra-rem.

Neste momento, o universo da população é completamente diferente. Os jovens que frequentam o secundário – que é tendencialmente universal – já não são grupos de sobreviventes. Agora temos outras seleções, como os que vão para a via ensino ou os que vão para as vias profissionalizantes. Mas o contexto social é diferente. Ainda há 20 anos quando um jovem acabava o secundário tinha mais hipótese de arranjar um trabalho interessante do que se tivesse apenas o 9º ano realizado. Hoje em dia, sem apoio em casa, os jovens têm muita dificuldade para passar alguns momentos conturbados da adolescência e agarrar a escola.

Mas a escola é muito mais democrática agora do que era antes e, por isso mesmo, há muitos problemas que não existiam antigamente. A sociedade é muito diferente, os jovens também e a escola tem tentado adaptar-se o melhor que pode. Muitas vezes até é na escola que os jovens tocados pela pobreza conseguem viver em igualdade, graças a um trabalho enorme dos professores, só que o mundo é muito desigual.



Da esquerda para a direita (Conceição Alves Pinto e Manuela Teixeira)

JF - Na entrevista anterior ao Dr. Aires Lopes, ex-Presidente do SINDLEP, ele dizia a certa altura que os sindicatos estão melhor preparados do que os ministérios. O que falta para se recuperar o diálogo e a negociação?

CAP - Faltam políticos que percebam que podem ganhar com a negociação. Eu lembro-me por exemplo de Almeida e Costa, que foi Secretário de Estado e depois Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, e que tinha a convicção de que as decisões políticas eram melhores se houvesse essa discussão, um entrosar de opiniões e conceções. E houve um período em que ainda existiu memória por parte do Ministério. Mas com o passar dos anos as pessoas que comungavam destas ideias foram para a aposentação e começámos a ter no ministério equipas que não fazem a mínima ideia do historial de cada opção que foi tomada na legislação. Mas isto já acontece há muito. No tempo a seguir ao ECD, nos anos 80, lembro-me de uma equipa ministerial em que a reunião inicial com a FNE teve a duração de sete horas. Manuela Teixeira esteve a explicar à equipa estreada no Ministério o que estava por trás de cada proposta. E houve um Secretário de Estado que, depois falando num contacto mais privado, assumiu que para o Ministério “era muito humilhante achar que uma proposta por ele seria ótima e a FNE demonstrar que o ME tinha ignorado uma série de condicionantes ou de possíveis efeitos perversos previsíveis, mostrando mais competência e memória”.

Quem tem o historial e memória tem vantagem. Mas neste momento estou preocupada com as mudanças que a tutela quer fazer nas colocações de professores. Lembro-me que todos tínhamos pânico de mudar o diploma das colocações. Se há professores que reclamam e cujas injustiças tentamos acautelar há outros que vão ficar prejudicados. E depois há o efeito sistema, quando se toma uma decisão com um objetivo e acaba-se por produzir efeitos em sentido contrário. Isto piora quando as pessoas que desembarcam no Ministério da Educação ignoram a complexidade deste ministério. A juntar a isto tivemos a infelicidade de ter tido como ministra Maria de Lurdes Rodrigues, que decidiu que o que era bom era aplicar ao ensino básico e secundário a lógica da carreira do ensino superior - que já é má que chegue para os docentes do superior. Desde há vários anos que o ministério perdeu a memória, o conhecimento do sistema e a capacidade de negociação, muito fruto de alterações radicais das equipas.

A escola é muito mais democrática agora do que era antes e, por isso mesmo, há muitos problemas que não existiam antigamente. A sociedade é muito diferente, os jovens também e a escola tem tentado adaptar-se o melhor que pode.

40 ANOS




O sindicalismo docente vive um momento muito difícil. Muitas das pessoas que lutaram por mudanças em termos de carreira, de condições de vida nas escolas e na profissão, já não estão nas escolas.

JF - O Sindicalismo vive um tempo que pede mudanças. Como vê os caminhos do futuro?

CAP - O sindicalismo docente vive um momento muito difícil. Muitas das pessoas que lutaram por mudanças em termos de carreira, de condições de vida nas escolas e na profissão, já não estão nas escolas. Os outros que chegaram já encontraram o ECD e uma série de adquiridos. Muitos professores chegam e acham que têm direito ao que foi conquistado, como têm direito ao Cartão de Cidadão. Muitos acham que as lutas não valem a pena, mas aproveitam aquilo que quem batalha consegue. Isto é um problema de sociedade. Lembro-me que fui para França em 1977, na altura em que ainda estavam em ebulição os grupos de trabalho, pessoas que se juntavam para resolver problemas e nos alunos havia uma dinâmica de participação. Quando voltei, cinco anos depois, encontrei um ambiente totalmente diferente, de individualismo. E tentei perceber porquê. A minha pista de interpretação foi a seguinte: A minha geração viveu a adolescência e o início da juventude numa sociedade que nos aparecia estável, os adultos cheios de certezas e contra a qual desenvolvemos desejos de mudan-

ça e lutámos. Nos anos imediatos ao 25 de abril a sociedade entrou em ebulição, o que era certo num dia poderia ser incerto ou mudar no dia seguinte. Os adultos apareciam mais inseguros. Nesse contexto a contestação para os adolescentes não era procurar mudança, mas antes procurar uma estabilidade, mesmo ilusória. Ao esforço solidário dos adultos os adolescentes contrapuseram uma atitude individualista.

Urge atualmente fazer uma redescoberta do trabalho solidário, e não apenas do individual, em que os sindicatos se tornem pequenos laboratórios. Importa lutar contra um entendimento minimalista dos sindicatos em que se realizem eleições democráticas, mas as pessoas, tal como na sociedade, depois de elegerem os representantes, desligam ou estão lá apenas para os criticar. Temos de recuperar a preocupação e cuidado uns pelos outros, no sentido de que todos podemos fazer algo para melhorar a sociedade, porque o sindicalismo está a sofrer do mal do individualismo egoísta, de que a sociedade padece. Se o sindicalismo puder contribuir com alguma coisa e mudar esta cultura de sociedade será muito, muito, importante.

Leia a 3ª parte desta entrevista na edição de julho

**Joaquim Santos e Tiago Soares
Jornal FNE**

CRISTINA PIMENTÃO SOBRE O MOBBING: "O TRABALHO NÃO PODE DOER"

"O trabalho não pode doer". Com esta frase, a investigadora Cristina Pimentão colocou a audiência em estado de alerta, no webinar FNE e AFJET "Mobbing - o assédio moral no trabalho", que decorreu em 15 de junho de 2022, entre as 17 e as 18h00. Poucos tinham despertado para a força de tamanha mensagem, numa apresentação fluída, que contou com várias perguntas dos participantes, perante um tema sobejamente conhecido, mas do qual se desconhecem muitas variantes.

Cristina Pimentão é psicóloga e professora Auxiliar na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Fernando Pessoa, e desconstruiu durante uma hora aquilo que, culturalmente, muitos desprezam e desvalorizam.

E a oradora convidada deste evento começou por apresentar a definição de mobbing, dada por Heinz Leymann, em 1990: "Terror psicológico no contexto de trabalho, significa uma comunicação hostil e antiética, dirigida de forma sistemática por uma ou mais pessoas sobretudo a um determinado indivíduo.

Estas ações ocorrem frequentemente (quase todos os dias) e durante um longo período (pelo menos durante 6 meses) e por causa desta frequência e duração, resultam num considerável dano psiquiátrico, psicossomático e social".

Para Cristina Pimentão, apenas se pode falar de assédio quando existe uma intencionalidade por parte do agressor e uma prática sistemática dos processos que o caracterizam.

O Código do Trabalho apresenta a sua própria definição de assédio e de assédio sexual no artigo 29º, mas há muito ainda que desenvolver neste "comportamento indesejado", que constitui uma contra-ordenação muito grave, seja quando for do acesso ao emprego ou no próprio emprego, trabalho ou formação profissional.

Leymann desenvolveu e validou um instrumento de medida do mobbing, que identifica um conjunto de comportamentos que auxiliam a circunscrever o fenómeno, estruturados em três grupos de manipulação da vítima (da comunicação, da reputação, do trabalho) e de um grupo de manipulação das contrapartidas laborais. O assédio/mobbing tem várias designações em diferentes latitudes e nos seus antecedentes encontramos, entre outros, a inveja, o racismo, a xenofobia, a perseguição política, inimizades pessoais ou o abuso de poder.





o assédio moral no trabalho

Do lado das consequências, Cristina Pimentão citou uma ansiedade constante, agressividade, irritabilidade, perda de autoestima, alterações na afetividade e desejo sexual, separação matrimonial, depressão, alcoolismo ou no limite o suicídio.

Para o combater urge romper o silêncio, registar toda a informação possível sobre a prática do assédio, partilhar o problema dentro e fora do trabalho e procurar ajuda na ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho ou na Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

O professor Rui Maia, do Centro de Formação da FNE, moderou este webinar, sublinhando que tudo o que é disfuncional no local de trabalho interessa, pelo que é fundamental aumentar a literacia sobre o mobbing. Cristina Pimentão referiu por seu lado que "o trabalho não pode doer. E se o trabalho dói, então temos um sinal de alerta que não podemos ignorar".

Fazer prova é preciso

O debate prosseguiu com a resposta a questões levantadas pelos participantes, uma delas se não seria altura de irmos mais longe na legislação. Cristina Pimentão respondeu que "se o mobbing for provado tem moldura penal, mas há matéria para acentuar a penalização desta prática para crime".

Outra situação focada foram os danos psicológicos derivados deste processo. Quanto a esses, a psicóloga acentuou categoricamente que "normalmente o mobbing deixa consequências impactantes para a vítima. As pessoas deixam muitas vezes a situação correr e quando dão por elas desembocam num burnout, depressão e por vezes até em suicídio".

Rui Maia lançou por fim o desafio de se perceber se há pessoas que se aproveitam indevidamente do processo para dele retirar proveitos próprios, como indemnizações, mas Cristina Pimentão desmistificou de imediato a questão, assumindo que apesar de não existirem ainda muitos estudos sobre este tema, o assédio efetivo continua a ser mais frequente. De qualquer modo, "as pessoas têm sempre que fazer prova. E caso seja falso, a sua reputação leva um enorme abalo".

O moderador do webinar finalizou com a eventualidade de a FNE e a AFJET voltarem a este tema. O interesse demonstrado pelos participantes foi elevado e várias questões ficaram para outra oportunidade. O mobbing no trabalho é real, embora muitos finjam que ele não existe. Falar dele, reagir, procurar apoio e produzir mais investigação são caminhos a seguir.

O assédio/ mobbing tem várias designações em diferentes latitudes e nos seus antecedentes encontramos, entre outros, a inveja, o racismo, a xenofobia, a perseguição política, inimizades pessoais ou o abuso de poder.

DE CASA ÀS COSTAS

Comecei a lecionar no início da década de 80, numa época em que havia muita falta de professores qualificados, na maior parte dos grupos de docência, exceção feita para o grupo de História, Filosofia e pouco mais. Desde aí, sempre conheci muitos colegas de “casa às costas”.

Lembro-me de estar a trabalhar em Reguengos de Monsaraz, Escola Secundária, na condição de professora provisória, ainda estudante e com pouco mais de 20 anos, onde o corpo docente era na sua grande maioria composto por professores provisórios ou eventuais e muitos eram oriundos do Norte do país, do Centro, de Lisboa... Alguns já se encontravam há alguns anos longe, muito longe, do local da residência familiar, tinham filhos, havendo casos em que um dos filhos acompanhava a mãe ou o pai e o outro ficava com o outro progenitor. Vidas difíceis!

Desde então nunca conheci outra realidade! Apenas surgiram alguns mecanismos concursais que permitiram a aproximação ao local de residência: os Quadros de Zona Pedagógica, criados no início da década de noventa e abrangendo uma área mais reduzida; a preferência conjugal, que já vinha de trás e mais tarde substituída pela aproximação à residência; e a mobilidade por doença do próprio ou de familiar direto, outrora com a designação de “destacamento por condições específicas”.

Na verdade, o Ministério da Educação (ME) nunca resolveu este problema, nem nunca houve vontade política para a criação de algum tipo de apoio a estes professores que andam deslocados ano após ano. Dirão alguns: “Também noutras profissões há trabalhadores deslocados”. Pois há, mas o número é residual, enquanto que na profissão docente se não houver um número considerável de professores deslocados grande parte das escolas deixarão de ter professores.

Ainda houve o artº 63º do 1º ECD que falava nos apoios à periferia, mas nem chegou a ser regulamentado.

Por que é que o problema da mobilidade docente tem mais impacto nos dias de hoje, quando não é propriamente uma novidade? Penso que é a brutal degradação dos salários que dá uma certa amplitude mediática a esta problemática, influenciando os mais jovens a não procurarem a profissão. Hoje em dia é absolutamente incomportável para qualquer docente o pagamento de uma segunda casa, a que se juntam despesas de deslocação, quando também há a casa de família para pagar ou o colégio dos filhos, entre tantos outros encargos.

É certo que a desvalorização dos salários é transversal a outras profissões. Em Portugal o rendimento disponível das famílias é, em regra, muito baixo, dos mais baixos da Europa, tendo em conta o custo de vida. Apenas os países bálticos e de leste têm valores idênticos ou ainda mais baixos (dados do Eurostar).

Porém, no caso concreto dos professores, a situação ainda é mais grave devido à perda de tempo de serviço num total de 10, 11 anos de trabalho, se somarmos a perda de tempo na transição entre carreiras (3 ou 4 anos, conforme a data de entrada) aos 6 anos e meio do tempo de serviço congelado, que ainda não foi recuperado. Razão pela qual a maioria dos professores com quase 30 anos de trabalho ainda se encontram abaixo do meio da carreira e para quem os índices remuneratórios mais altos são uma miragem - se não se concretizar a recuperação daquele tempo e se não houver uma revisão justa e criteriosa dos salários, considerando a alta relevância da profissão para o desenvolvimento da sociedade e as elevadas qualificações exigidas para o seu desempenho.

Assim, não é de admirar a falta de docentes nas nossas escolas, antevendo-se o agravamento exponencial do problema.



Josefa Lopes
Presidente do SDPSul

FINAL DO ANO LETIVO - TEMPO DE BALANÇO E REFLEXÃO

No final de mais um ano letivo é tempo de fazermos um balanço e uma reflexão.

Para o Pessoal de Apoio Educativo (não docentes) o ano letivo passou como vai sendo (infelizmente) vulgar, sem que pouco ou nada se fale destes profissionais absolutamente indispensáveis ao funcionamento das escolas, mas que apesar disso continuam invisíveis.

É absolutamente revoltante que se continue, ano após ano, a ignorar os profissionais de educação, que (como agora é moda dizer) estão na linha da frente. São estes profissionais (assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos superiores) que primeiramente acolhem as crianças e jovens deste país. Não existe nem da parte da gestão das escolas, da tutela e de outros nunca uma palavra de apoio, de incentivo...nada, um silêncio ensurdecedor.

Os assistentes operacionais, por mais que se qualifiquem, valorizem, continuam a ser olhados como pessoal menor. Mesmo quando muitos deles têm cursos profissionais de nível 4 na área da educação, licenciaturas, mestrados e até doutoramentos são sistematicamente olhados como filhos de um Deus menor e completamente ignorados.

Os assistentes técnicos só são na maioria das vezes lembrados quando algo corre mal e quase nunca pelo apoio que dão aos docentes, gestão e encarregados de educação, ao longo dos sucessivos anos letivos.

Nos técnicos superiores/especializados a incerteza ainda existente da colocação, os entraves sucessivos à mobilidade e ainda mais à sua consolidação. O interromper de projetos com os alunos, o adiar da sua vida pessoal e familiar.

É gritante a forma como somos sistematicamente ignorados por todos.

O Pessoal de Apoio Educativo não baixará os braços. O STAAE Sul e RA estará sempre ao lado dos trabalhadores da educação para a:

- Definição de um estatuto profissional digno;
- Elevação do estatuto remuneratório;
- Garantia de uma avaliação profissional justa;
- Implementação de uma cultura de bem-estar e felicidade organizacional na escola.

Estes são alguns dos temas por que nos batemos até os conseguirmos alcançar. Desejamos a todos boas férias e o merecido descanso.

Cristina Ferreira
Presidente do STAAE Sul e RA





ALIANÇA EUROPEIA DAS APRENDIZAGENS ORGANIZA EVENTO EM VIENA

Quarenta participantes em presença e 60 a distância estiveram envolvidos no evento de alto nível da Aliança Europeia das Aprendizagens (EAfA), da Comissão Europeia (CE), que se realizou em nove e dez de junho do corrente ano, na cidade de Viena, na Áustria. Membro da Aliança desde o compromisso assinado em Riga, em 2015, e a convite da CE, a FNE fez questão de comparecer presencialmente neste evento, organizado no contexto do Ano Europeu da Ferrovia 2021 e do Ano Europeu da Juventude 2022.

O encontro reuniu partes interessadas relevantes de toda a Europa para discutir a situação do setor ferroviário, os principais desafios futuros e as oportunidades a aproveitar em relação ao ensino e formação profissional, em particular nos cursos de aprendizagem, percursos de formação em alternância, que permitem obter uma certificação escolar e profissional, privilegiando a inserção no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos de nível superior.

A EAfA, já não com a liderança carismática e amiga de Norbert Schobel, devido a recente aposentação, juntou-se à Direcção-Geral da Mobilidade e Transportes (DG MOVE), aos Caminhos de Ferro Federais Austríacos (ÖBB) e ao Ministério Federal austríaco da Protecção Climática, Ambiente, Energia, Mobilidade, Inovação e Tecnologia (BMK), para debater novos compromissos em aprendizagens digitais e verdes, conforme anunciado no pacote de apoio ao emprego jovem de 1 de julho de 2020, com foco nos setores económicos que estarão na linha de frente da transição para uma Europa neutra em relação ao clima.

A UE designou 2021 como o Ano Europeu da Ferrovia para promover a utilização dos comboios, bem como destacar os benefícios do transporte ferroviário, como meio de transporte sustentável, inteligente e seguro. Além dos benefícios ambientais, uma adoção mais ampla do transporte ferroviário como meio de transporte também desencadeará a criação de novas oportunidades de emprego num setor que ocupa quase 1 milhão de pessoas na UE.

Porém, o setor ferroviário enfrenta uma escassez de competências, impulsionada pela inovação e digitalização e pela aposentadoria estimada de uma grande parte da força de trabalho existente nos próximos 10 anos. A transição verde e o consequente aumento de novos perfis de trabalho irão aumentar ainda mais a necessidade de novas aptidões e competências. São por isso necessárias políticas ativas para capacitar e requalificar os trabalhadores existentes e para garantir que as necessidades futuras de competências estejam atendidas.

Além disso, 2022 foi designado o Ano Europeu da Juventude para envolver todos os jovens na recuperação pós-pandemia verde, inclusiva e digital da Europa. Neste contexto, a formação profissional desempenha um papel fundamental para dotar os jovens de competências e conhecimentos que correspondam às necessidades do setor e garantam a sua empregabilidade. Ao mesmo tempo, a aprendizagem pode ser um meio de garantir a mobilidade dos aprendizes e da força de trabalho através de currículos de qualidade, competitivos, atualizados e partilhados.

IGUALDADE DE GÉNERO SOB CARRIS

No dia nove de junho, a FNE visitou um moderno e sofisticado centro de formação profissional da OBB austríaca, que está a formar jovens capazes de preencher as lacunas de emprego que se vão fazer sentir no relevante setor ferroviário austríaco. Outro objetivo do evento foi o de motivar o equilíbrio de género nas aprendizagens do setor, em conformidade com as negociações do acordo vinculativo europeu lideradas pela Comunidade das Empresas Europeias de Ferrovias e Infraestruturas (CER) e pela Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes (ETF).

Como resultados deste esforço esperam-se o incentivar as partes interessadas relevantes no setor ferroviário a assumir compromissos concretos no âmbito da EAfA, o incentivar intercâmbios intersetoriais entre aqueles membros e a promoção do Pacto pelas Competências, nomeadamente a importância do upskilling e do reskilling. Os objetivos finais deste evento foram: contribuir para o objetivo do Pacto Ecológico da UE de se tornar neutro em termos de clima até 2050, criar novas oportunidades de formação e emprego e contribuir para colmatar a escassez de competências no setor e o seu papel crucial como um farol da mobilidade sustentável.

Para além da intervenção de especialistas locais e europeus, a programação incluiu três grupos de trabalho prático: o primeiro sobre a transição digital e verde, o segundo sobre igualdade de género no setor ferroviário e finalmente um terceiro sobre mobilidade e cooperação transnacional.

O primeiro concluiu que as aprendizagens podem contribuir para a transição verde do setor e ser uma fonte de inclusão.

O segundo verificou que, já menos representadas nas aprendizagens, as mulheres estão ainda menos envolvidas em setores específicos, incluindo o ferroviário. Este desafio exige novos compromissos, como recentemente demonstrado pelas empresas austríacas do setor ferroviário, que introduziram uma quota de até 45% de trabalhadoras a cumprir em todas as áreas de trabalho e uma quota de 50% de mulheres no preenchimento de cargos de gestão.

O terceiro confirmou a relevância da mobilidade e cooperação transnacional no ensino profissional. A mobilidade é importante à medida que os aprendizes ganham independência, aprendem novas competências (especialmente soft skills), além de competências em línguas estrangeiras, através da experiência de trabalho internacional. Por seu lado, as empresas também se beneficiam, uma vez que o intercâmbio cultural estimula a criatividade, reforça a base de competências empresarial e atrai talentos internacionais. Embora o novo programa Erasmus ofereça aos aprendizes um número crescente de oportunidades de aprendizagem no estrangeiro, a mobilidade dos aprendizes no setor continua limitada por fatores financeiros, administrativos e jurídicos.

Esta situação requer cooperação entre todos os principais atores envolvidos para se tornar uma realidade generalizada. No setor ferroviário especificamente, a falta de harmonização dos perfis de Ensino e Formação Profissional no tráfego ferroviário transnacional (cargas) é um fator que dificulta a mobilidade dos aprendizes. A FNE foi representada neste evento por Joaquim Santos.

Os objetivos finais deste evento foram contribuir para o objetivo do Pacto Ecológico da UE de se tornar neutro em termos de clima até 2050, criar novas oportunidades de formação e emprego e contribuir para colmatar a escassez de competências no setor e o seu papel crucial como um farol da mobilidade sustentável.



FNE DEBATE EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL EM COPENHAGA



A FNE e a AFJET levaram a sua ação e preocupações sindicais no âmbito da Educação para a Sustentabilidade ao seminário de formação sindical do CSEE “Educação para a Mudança Social: o papel dos Sindicatos da Educação na abordagem do desenvolvimento ambiental sustentável”, que decorreu no dia dois de junho do corrente ano, no Hotel Frederiksdal Sinatur, em Copenhaga, na Dinamarca.

Este projeto do CSEE é liderado por Ekaterina Efimenko e o seminário teve a parceria da dinamarquesa Dorte Lange, Vice-Presidente do CSEE e Vice-Presidente do sindicato de professores Danmarks Laerforening.

Na véspera do seminário, a FNE acompanhou a visita de Ekaterina Efimenko a um programa de “after school” (género AEC) numa escola do pré-escolar, no centro de Copenhaga, mas sem a presença de alunos. A professora mostrou-nos os três espaços fechados onde ministrava a educação sustentável aos seus jovens pupilos, assim como o espaço exterior, rodeados de plantas, árvores de fruto em vasos, ervas aromáticas e animais domésticos, onde viviam galinhas, coelhos e duas alpacas. Havia ainda um forno com uma masseira de madeira onde preparavam o pão.

“Um dos nossos objetivos é que as crianças reconheçam os produtos biológicos nos supermercados e saibam as diferenças. Também fazemos questão que se habituem a tocar nos ovos e



nos animais, pois esse contacto e os próprios cheiros são muito importantes”, sublinhou a nossa anfitriã. “Por vezes morre um coelho, eles ficam muito tristes, mas ensinamos-lhes que isso faz parte do ciclo da vida”.

O seminário focou-se em três pontos essenciais: a abordagem na Dinamarca da educação para a sustentabilidade em diferentes setores da educação, um debate em grupos de trabalho sobre os desafios enfrentados pelos profissionais da educação devido às questões e medidas de sustentabilidade ambiental e, por fim, os elementos-chave do papel dos sindicatos da educação na abordagem da educação e do meio ambiente para a mudança social.

O primeiro debate foi antecedido pelas apresentações de Sarah Lyons (NEU – Reino Unido) e de Veronica Persson (Lärarförbundet – Suécia) sobre “Ações de sindicatos da educação de apoio aos seus filiados na abordagem dos impactos das mudanças climáticas e da implementação da educação para a sustentabilidade ambiental”. Dorte Lange pronunciou as notas finais.

Na parte da manhã do seminário, Iselin Berg Mulvik (PPMI), investigadora do projeto, apresentou um resumo do documento de fundo intitulado “Educação para a Mudança Social: O Papel dos Sindicatos da Educação”, elaborado a partir de um inquérito realizado aos sindicatos, a que a FNE respondeu.

Este projeto do CSEE é liderado por Ekaterina Efimenko e o seminário teve a parceria da dinamarquesa Dorte Lange, Vice-Presidente do CSEE e Vice-Presidente do sindicato de professores Danmarks Laerforening.

AUMENTO DA CARGA DE TRABALHO E PROBLEMAS DE SAÚDE

No respeitante a riscos relacionados com mudanças climáticas, há regiões do CSEE que enfrentam maiores riscos de perigo do que outras, tendo que lidar com diferentes formas de ameaças, especialmente nos países onde foi construída uma parcela significativa dos edifícios escolares antes dos primeiros regulamentos térmicos na década de 1970.

Porém, os entrevistados relatam que o impacto ambiental mais severo exercido pelas questões de sustentabilidade sobre as condições laborais incide sobre a carga de trabalho, seguida pela saúde mental e física. Um em quatro afirma que o impacto na carga de trabalho é muito negativo. O impacto potencialmente negativo na capacidade total de trabalho de professores, académicos e outros profissionais da educação, assumindo um papel maior na criação de ambientes de aprendizagem sustentáveis, foi observado num projeto europeu recente.

Assim, não surpreende que 81% dos entrevistados deste projeto considerem que implementar a educação para a sustentabilidade ambiental é um grande desafio. No entanto, alguns profissionais da educação também correm o risco de lesões e traumas físicos devido ao impacto direto de emergências relacionadas com o clima.

Quando solicitados a considerar grupos de risco devido ao impacto direto e indireto das mudanças climáticas, 41% citaram profissionais mais idosos, 36% as áreas rurais, 27% alunos com necessidades educativas especiais, 23% profissionais com contratos temporários e 21% profissionais mais jovens.

Os entrevistados ficaram mais satisfeitos com os padrões das instituições de ensino no que diz respeito aos regulamentos e medidas de um ambiente de trabalho saudável e menos satisfeitos com a falta de padrões comuns de ensino-aprendizagem para a sustentabilidade ambiental no currículo. Sendo assim, 35% lamentaram a ausência de prioridade dentro das avaliações nacionais, 28% a falta de envolvimento dos profissionais da educação e 24% uma estrutura curricular rígida e claramente insuficiente.

Incluir a educação para a sustentabilidade ambiental de forma mais abrangente nos currículos e avaliações nacionais sinalizaria a sua necessidade de priorização, financiamento, materiais de aprendizagem e alocação de tempo. Mais de 50% relatou a falta de materiais didáticos sobre o tema. Mas há diferenças acentuadas entre países do CSEE. Em alguns deles tem sido feito um esforço muito grande para melhorar o currículo em termos de educação sustentável. Por exemplo, a Itália é o primeiro país do mundo a tornar obrigatória a educação para as mudanças climáticas em todas as escolas primárias e secundárias.

A nível institucional, o desafio mais reportado foi a falta de recursos financeiros (55%), seguido da falta de infraestruturas adequadas de sala de aula (48%). A diminuição dos recursos públicos torna mais difícil libertar orçamentos para implementar iniciativas nas escolas ou apoiar professores, académicos e outros profissionais da educação. Outras barreiras à implementação de uma educação sustentável foram a falta de tempo para preparar aulas (45%), a falta de docentes e não docentes (31%), a falta de liderança (31%), a falta de espaços adequados (28%) e a ausência de oportunidades de trabalho colaborativo (17%).

O impacto potencialmente negativo na capacidade total de trabalho de professores, académicos e outros profissionais da educação, foi observado num projeto europeu recente.





SINDICATOS EM FASE EXPLORATÓRIA

Tematicamente, a educação para o desenvolvimento ambiental sustentável abrange uma ampla gama de tópicos, desde mudanças climáticas (mitigação e adaptação), biodiversidade, habitats e casas, ecossistemas, água, ar e qualidade do solo, florestas, até consumo e produção sustentáveis (incluindo resíduos, poluição, transporte), recursos de energia renovável, redução do risco de desastres, alimentos e similares.

Os temas estão interligados e requerem uma abordagem holística, não apenas em relação à sustentabilidade ambiental, mas ao próprio desenvolvimento sustentável, na interseção de pedagogias envolventes, conteúdo de aprendizagem e meio ambiente. A este propósito, 55% dos entrevistados sublinharam a ausência do tema na formação inicial de docentes, 52% o facto de a formação contínua ser insuficiente e estar organizada fora do horário de trabalho, 48% uma formação contínua de pouca qualidade e 45% a pouca qualidade da formação inicial de docentes.

O estudo deste projeto descobriu que, embora tenha havido um aumento de interesse por parte dos sindicatos em aliviar desafios, muitas vezes eles focam-se em áreas temáticas tradicionais (remuneração, condições de trabalho), em vez de tópicos de discurso revitalizados e de reforma educativa. Muitos dos sindicatos do CSEE introduziram áreas mais revitalizadas e abordagens diversificadas ao desenvolver capacidade em sustentabilidade ambiental. No entanto, desenvolver políticas abrangentes e apoio aos associados, além de redirecionar as prioridades de negociação coletiva para este propósito (apenas 41%) é menos comum. As razões são variadas: por falta de estratégia, de recursos humanos e finan-

ceiros e especialmente devido à inexistência de um diálogo social (DS) participado, coerente e verdadeiro.

Nas perguntas abertas do questionário, vários respondentes afirmaram que estão na fase exploratória da formulação de políticas sobre como lidar com a emergência climática na educação e que teriam dedicado mais recursos a isso se o sindicato tivesse mais fundos, pessoal dedicado e tempo disponível. No entanto, 52% dos sindicatos oferecem aos seus associados formação específica sobre mudanças climáticas e educação sustentável.

Metade dos sindicatos do CSEE participa no DS sobre a sustentabilidade ambiental. A forma mais frequente de diálogo social é a partilha de informações (40%), seguida de negociação bipartida (25%), consulta (20%) e negociação tripartida (15%). Em países onde o diálogo social raramente ocorre é um desafio colocar a educação para a sustentabilidade ambiental na agenda. Outras barreiras potenciais são a falta de vontade dos empregadores em discuti-la e a falta de conhecimento sobre o tema na sociedade.

Devido à falta de DS nos seus países, muitos sindicatos agem por sua própria iniciativa e estão mais propensos a colaborar dentro do seu setor ou internacionalmente, do que nacionalmente e entre setores. Por outro lado, algumas das boas práticas dos sindicatos estão a ocorrer através de amplas alianças intersetoriais. Por exemplo, a Dinamarca está a introduzir a sustentabilidade ambiental no acordo coletivo graças à cooperação dos sindicatos no setor público. Isto sugere que há espaço no futuro para os sindicatos filiados no CSEE explorarem possibilidades para esse tipo de ações. O representante da FNE neste seminário foi Joaquim Santos.

Muitos dos sindicatos do CSEE introduziram áreas mais revitalizadas e abordagens diversificadas ao desenvolver capacidade em sustentabilidade ambiental.

OIT: GRANDE AVANÇO EM SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Os trabalhadores de todo o mundo vão poder beneficiar diretamente da decisão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), de dez de junho de 2022, que adotou uma resolução para juntar um ambiente de trabalho seguro e saudável aos quatro Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho existentes. Ruy Ryder, diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), classificou aquela decisão como “histórica”.

A mudança da CIT, considerado o Parlamento da ONU para questões do local de trabalho, é a primeira extensão dos direitos humanos fundamentais dos trabalhadores num quarto de século.

Mais de 3 milhões de trabalhadores por ano morrem devido a causas laborais e outras dezenas de milhões sofrem lesões e problemas de saúde. Esta vitória resultou de uma campanha sustentada de três anos levada a cabo por sindicatos, profissionais, médicos e famílias das vítimas e começará a virar essa página de maré mortal.

O agora quinto princípio adiciona o direito a um ambiente de trabalho saudável e seguro aos quatro direitos adotados em 1998 pela OIT:

1 - A liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.

2 - A eliminação do trabalho forçado ou obrigatório.

3 - A abolição do trabalho infantil.

4 - A eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

A CIT, que reúne sindicatos, representantes de empregadores e governos dos Estados membros, também adotou a Convenção 155 da OIT sobre saúde e segurança ocupacional e a Convenção 187 sobre promoção da saúde e segurança como 'convenções fundamentais', que todos os países membros da OIT são obrigados a defender.

Essas convenções também são frequentemente incluídas em acordos comerciais, regras internacionais de financiamento e padrões globais da cadeia de suprimentos.

Para a secretária-geral da Confederação Sindical Internacional (CSI), Sharan Burrow, a pandemia do COVID-19 mostrou que era necessária uma ação para proteger os trabalhadores, que são muitas vezes forçados a escolher entre a sua saúde e seus meios de subsistência: “Ninguém deve morrer a trabalhar. Agora devemos comemorar esta vitória e começar a tornar esses direitos efetivos.”

Os sindicatos farão agora campanha para aumentar o número de países que ratificam e implementam todas as convenções de saúde e segurança da OIT, dando aos trabalhadores o direito de consulta sobre avaliações de risco, erradicação de produtos químicos tóxicos e organização do trabalho tóxico, bem como equipamentos de proteção e formação gratuitos e o direito de recusar qualquer trabalho perigoso.

Os sindicatos também trabalharão no sentido de aumentar o acesso aos serviços de saúde ocupacional acima dos 20% dos trabalhadores em todo o mundo que atualmente os possuem, bem como o auxílio-doença universal desde o primeiro dia, mais poderes para os representantes sindicais de segurança no local de trabalho e mais comitês de segurança conjuntos.



DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE MAIO A 25 DE JUNHO DE 2022

[Decreto-Lei nº 38/2022 - DR nº 104/2022,
Série I de 2022-05-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera orgânicas de diversos serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado no âmbito da execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2022
DR nº 104/2022, Série I de 2022-05-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de alerta no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Decreto-Lei nº 39/2022 - DR nº 105/2022,
Série I de 2022-05-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera o regime dos cursos de especialização tecnológica.

[Despacho Normativo nº 8/2022 - DR nº 106/2022,
Série II de 2022-06-01](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra
Homologa as alterações aos Estatutos da Universidade dos Açores.

[Despacho nº 7053/2022 - DR nº 107/2022,
Série II de 2022-06-02](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra
Designação dos membros que integram a composição do Gabinete da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

[Despacho nº 7058/2022 - DR nº 107/2022,
Série II de 2022-06-02](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra
Delegação de competências nos reitores e presidentes das instituições de ensino superior públicas.

[Despacho nº 7059/2022 - DR nº 107/2022,
Série II de 2022-06-02](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra
Constitui o painel de alto nível independente que tem como missão analisar as candidaturas ao concurso «Skills 4 pós-Covid - Competências para o futuro no Ensino Superior».

[Declaração nº 8/2022 - DR nº 108/2022,
Série I de 2022-06-03](#)

Assembleia da República
Designação dos representantes dos Grupos Parlamentares para o Conselho Nacional de Educação.

[Resolução da Assembleia da República nº 19/2022
DR nº 109/2022, Série I de 2022-06-06](#)

Assembleia da República
Eleição do presidente do Conselho Nacional de Educação.

[Resolução da Assembleia da República nº 22/2022
DR nº 110/2022, Série I de 2022-06-07](#)

Assembleia da República
Eleição para a Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos.

[Despacho nº 7393/2022 - DR nº 112/2022,
Série II de 2022-06-09](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra
Homologa a eleição da reitora da Universidade dos Açores.

[Declaração de Retificação nº 16/2022
DR nº 113/2022, Série I de 2022-06-13](#)

Assembleia da República
Retifica a Declaração nº 8/2022, de 3 de junho, «Designação dos representantes dos Grupos Parlamentares para o Conselho Nacional de Educação».

[Decreto-Lei nº 41/2022 - DR nº 116/2022,
Série I de 2022-06-17](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece o regime de mobilidade de docentes por motivo de doença.

[Despacho nº 7716-A/2022 - DR nº 118/2022,
Série II de 2022-06-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros, Finanças e Educação - Gabinetes do Ministro das Finanças, da Secretária de Estado da Administração Pública e do Secretário de Estado da Educação
Procedimento de mobilidade por doença.

[Despacho nº 7726/2022 - DR nº 119/2022,
Série II de 2022-06-22](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra
Homologa a eleição do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

[Declaração de Retificação nº 558/2022
DR nº 119/2022, Série II de 2022-06-22](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.
Retifica o Regulamento nº 404/2022 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. [Regulamento de Avaliação e Financiamento Plurianual de Unidades de Investigação e Desenvolvimento]

Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne

ACORDO

ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E PROFISSIONAL



CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO

2022 - 2024

ADERE AO CONTRATO, SINDICALIZA-TE!

SPZN
Sindicato
Professores da Zona Norte

SPZC
Sindicato dos Professores
da Zona Centro



SDP
SUL

SDPA
Sindicato Democrático dos
Professores dos Açores



SINE
ZONA NORTE

SINE
ZONA CENTRO

SINE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS